

## OS CONVÊNIOS INTERNACIONAIS ENTRE A UNIVERSIDADE DE PURDUE E UREM/UFV: A CIÊNCIA EM REDE (1958-1973)

**Gustavo Bianch Silva**  
Doutorando em História - UFMG  
[gbianch@gmail.com](mailto:gbianch@gmail.com)

**Maria Izabel Vieira Botelho**  
Profª do Departamento de Economia Rural – UFV  
[mbotelho@ufv.br](mailto:mbotelho@ufv.br)

### RESUMO

No contexto internacional do pós-guerra, com a divisão da hegemonia econômica entre Estados Unidos e União Soviética, a ajuda externa à América Latina torna-se objeto de interesse dos americanos. Assim, convênios com instituições educacionais ligadas à agricultura foram firmados para abrir maiores possibilidades de negócios entre os dois países. Dessa forma, uma rede científica que envolveu diversos atores foi firmada para possibilitar a construção da ciência na Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG) – posteriormente, Universidade Federal de Viçosa (UFV). Portanto, o objetivo é compreender a natureza da relação institucional da Universidade de Purdue e a UREM/UFV para, assim, problematizar as consequências das associações entre esses dois atores na produção tecno-científica no contexto da modernização da agricultura.

**Palavras-chave:** Modernização; Instituições; Cientistas.

## INTERNATIONAL AGREEMENTS BETWEEN THE PURDUE UNIVERSITY AND UREM/UFV: THE SCIENCE NETWORK (1958-1973)

### ABSTRACT

In the international context of post-war, with the division of economic hegemony between the U.S. and Soviet Union, foreign aid to Latin America becomes the object of interest of Americans. Thus, partnerships with educational institutions related to agriculture were signed to open greater possibilities for business between the two countries. Thus, a scientific network that involved several actors was established to enable the construction of science in Rural University of Minas Gerais (UREMG) - later, Federal University of Viçosa (UFV). Therefore, the objective is to understand the nature of institutional relations at Purdue University and UREM / UFV to thus question the consequences of associations between these two actors in the techno-scientific production in the context of the modernization of agriculture.

**Keywords:** Modernization; Institutions; Scientists.

## INTRODUÇÃO

O convênio internacional entre a Universidade de Purdue e a Universidade Rural de Minas Gerais (posteriormente, a UFV) de 1958 a 1973, efetuou-se por meio da cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil com o objetivo de potencializar a modernização da agricultura em terras brasileiras. A princípio, a ajuda externa consistiu no esforço de desenvolver o potencial agrícola brasileiro por meio da modernização das universidades rurais. De acordo com Fernandez, "(...) como parte de uma estratégia para expandir o setor moderno da economia brasileira, e de outros países da região, começou a tornar-se foco a educação no período do pós-guerra" (1991, p. 2). Essa concepção decorre da noção que, ainda para a autora, "(...) a mudança é induzida juntamente com o desenvolvimento institucional e as políticas públicas" (1991, p. 3).

Partimos do pressuposto que a ciência se operacionaliza em rede, e não como uma atividade solitária de cientistas ou apenas confinada aos seus pares junto à comunidade científica. Pelo contrário, as tecnologias são compostas em uma complexa rede de relações entre atores sociais, como por exemplo, cientistas estrangeiros, recursos financeiros, equipamentos de laboratórios, negociações com políticos, empresas privadas.

O recorte contextual selecionado neste trabalho relaciona-se com a duração do convênio estabelecido entre a Universidade Rural de Minas Gerais/Universidade Federal de Viçosa e a Universidade de Purdue, a saber, 1958 a 1973. Neste sentido, lançou-se mão de uma ferramenta da pesquisa histórica para registrar e analisar o material coletado: a **análise documental**. Os relatórios concernentes ao convênio entre as instituições citadas serão analisados com a finalidade de compreender como a ciência se operacionalizou em rede no período da modernização da agricultura.

Portanto, o objetivo deste artigo é compreender a natureza da relação institucional da Universidade de Purdue e a UREMG/UFV para, assim, problematizar as consequências das associações entre esses dois atores na produção tecno-científica no contexto da modernização da agricultura. O pressuposto central, conseqüentemente, parte da premissa de que a força das ligações entre os cientistas americanos e brasileiros deste convênio resultou em condições propícias para a efetuação da prática científica na Universidade em Viçosa.

## A PERSPECTIVA HISTÓRICA DO CONVÊNIO PURDUE-UREMG/UFV

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos dividiram o protagonismo político mundial com a União Soviética. Diante do desafio de conter a ameaça comunista, os americanos desenvolveram esforços para reduzir a desigualdade social no chamado terceiro mundo. Assim, o presidente Truman inaugurou, em 1949, o programa Ponto Quatro (*Point Four*)<sup>2</sup>, com a finalidade de prestar auxílio econômico, especialmente nas áreas da saúde pública, educação e agricultura para os países em desenvolvimento (FERNANDEZ, 1991, p. 3). De fato, a ênfase do programa resultava em um,

(...) esforço cooperativo para assistir regiões subdesenvolvidas em promover os interesses da política externa americana. O escopo do programa era limitado ao intercâmbio de conhecimento técnico e especializado que poderia contribuir para o desenvolvimento balanceado e integrado dos recursos econômicos e das capacidades produtivas das regiões em questão. Esperava-se, também, que o programa criasse um clima favorável ao investimento privado (RIBEIRO, 2006, p. 40).

O contexto internacional no pós-guerra fornece elementos para entender a emergência de programas de ajuda econômica dos americanos na América Latina. A polarização política do mundo, com a divisão da hegemonia econômica entre Estados Unidos e União Soviética, acirrava a disputa entre esses países para aumentar suas áreas de influência. Não obstante, já na década de 1950 eram recorrentes na América Latina diversas expressões nacionalistas de determinados grupos e, obviamente, contrárias ao estilo de vida "estadunidense". De acordo

<sup>2</sup> Antes do programa *Point Four*, os americanos envolveram-se na recuperação econômica da Europa por meio do Plano Marshall. Segundo Ribeiro, o objetivo deste plano "(...) combinaria motivos fiscais, sociais, políticos, militares e humanitários dentro de uma visão liberal do mundo, precursora das iniciativas desdobradas por Kennedy vários anos depois (RIBEIRO, 2006, p. 35)".

com Ribeiro, esses grupos (...) focaram seu criticismo no investimento do capital privado americano, o qual era percebido como ajudando a fortalecer os sistemas opressivos que ajudavam a perpetuar as injustiças” (2006, p. 45).

Neste aspecto, Ayerbe (2002) sugere que houve mudança de foco na política externa norte-americana em direção à América Latina. Essa postura sofre alteração a partir da constatação dos erros das políticas anteriores que (...) enfatizavam o alinhamento político da região em razão da guerra fria, apoiando sem qualquer seletividade todo regime aliado e combatendo aqueles que ensaiavam voos próprios” (2002, p. 116).

Parte dos intelectuais americanos fazia uma leitura bastante particular do potencial econômico dos países em desenvolvimento. Por meio da (...) teoria da modernização”, Ribeiro aponta que “diversos teóricos rejeitaram a antiga e duradoura (e até hoje presente) convicção de que raça ou inatas deficiências eram responsáveis pela condição dos subdesenvolvidos” (2006, p. 55). Em contraponto, eles consideravam que todos os povos poderiam passar pela modernização, desenvolvendo-se segundo as linhas do Ocidente. Este esquema, uma vez vitorioso, superou a “missão civilizatória” como a mais proeminente ideologia ocidental (Ibidem). De acordo com o autor:

Havia um consenso de que o desenvolvimento e a mudança social levavam a um só destino: a modernidade. O processo de modernização acarretava uma transformação do tradicional, visto como um monólito de baixa produtividade, estagnação tecnológica e superstição etc., na direção do moderno, em um movimento inelutável, sem considerações de tempo e espaço. Era a famosa tese da “convergência”. Neste caminho, pelo menos dois fatores seriam fundamentais: o papel das elites modernas, que diligentes, dirigiriam suas nações ao Graal da modernidade e a difusão tecnológica, a qual operaria como um grande nivelador cultural e político (RIBEIRO, 2006, p. 57).

A questão do desenvolvimento do então chamado “terceiro mundo” referente aos países da América Latina, conseqüentemente, envolvia a dúvida em resolver qual modelo de modernização econômico poderia ser adotado nos países. Segundo Ayerbe (2002), o problema passava pelo embate entre a emergência de uma política que preserva a autonomia nacional na definição de objetivos e de tomada de decisões e, ao mesmo tempo, não contrariar os interesses do país que comanda a política internacional e a economia mundial, neste caso, os Estados Unidos. Esse dilema foi vivido de maneira diferente em cada país do continente americano.

Em continuidade à ampla proposta de auxílio econômico aos países em desenvolvimento, no governo do presidente John F. Kennedy, foi criada a **Aliança para o Progresso**. De acordo com Fernandez, foi dada alta prioridade para aos programas de educação agrícola. Havia a crença de que a superação do subdesenvolvimento estava no (...) investimento em instituições tanto públicas quanto privadas que, por sua vez, permitem um melhor uso dos recursos naturais e humanos disponíveis” (1991, p. 68).

Nesta esteira, a discussão em torno das razões para o estabelecimento desses contratos passa primordialmente em função de dois objetivos, de acordo com Fernandez: (...) combater a pobreza para reduzir a influência de ações em prol do comunismo e abrir novos mercados consumidores” (1991, p. 5). Paralelamente, outras razões são indicadas como periféricas nesse processo, tais como o surgimento de novas experiências para os cientistas americanos e, sobretudo, a possibilidade de aplicação de novos conhecimentos adquiridos na agricultura americana (ibidem). Somado a isso, a Aliança para o Progresso exigia a implementação de um Plano Decenal de desenvolvimento, com destinação de uma verba de 500 milhões de dólares para combater o analfabetismo, para melhorar a produtividade e o emprego da terra, para exterminar as doenças, para derrubar as estruturas arcaicas do sistema tributário e de posse da terra e para fornecer oportunidades educacionais (AYERBE, 2002).

A reunião da Organização dos Estados da América (OEA), em Punta del Este, em 1961, foi a ocasião de apresentação da Aliança para o Progresso. O pronunciamento oficial feito pelo presidente Kennedy continha, dentre muitos objetivos, a reforma agrária, o crescimento do Produto Interno Bruto *per capita* a uma média anual de 2,5%, a eliminação do analfabetismo até o ano de 1970, a redução pela metade da mortalidade infantil, e o estímulo à industrialização e à integração econômica das nações. Os recursos prometidos para atingir esses objetivos ascendem a 20 bilhões de dólares ao longo de dez anos, metade originários do

tesouro dos Estados Unidos e o restante dividido em partes iguais entre o setor privado e os Estados latino-americanos (AYERBE, 2002).

Por outro lado, o estabelecimento de parcerias com os americanos também envolvia diversos interesses por parte dos brasileiros. Na concepção de Fernandez (1991), na década de 1950 e no início dos anos 60, havia no Brasil resquícios do populismo corporativista varguista. Sem explicar exatamente o que seria essa faceta, a autora demonstra que a economia brasileira estava nesse contexto um tanto quanto fechada ao mercado internacional. Assim, ainda segundo ela, depois do golpe de 1964, "(...) houve um compromisso, por parte do Estado autoritário, com a redução das barreiras ao comércio internacional e, também, foi estabelecido o compromisso de promover a estabilização monetária interna" (1991, p. 5). A aproximação externa, portanto, por meio das universidades americanas, tornava-se estratégica para o governo.

A ênfase no crescimento econômico tornou-se o carro chefe da política econômica do governo militar. No que tange ao setor primário da economia, foi identificada a necessidade de especialização de pessoal e *know-how* para o desenvolvimento da agricultura. Neste caso, a valorização do saber escolarizado e técnico na agricultura tornava-se essencial para a modernização. No entanto, o cenário educacional mostrava-se, entretanto, precário o suficiente para conter esse avanço desejado. Para exemplificar essa situação, Fernandez demonstra com números: no final dos anos de 1960 e início dos anos 1970, de cada 1.000 estudantes que entravam no primeiro ano da escola primária, menos de 400 terminavam o segundo ano. Ainda seguindo essa estatística, apenas 35 desses alunos terminavam o segundo grau (atual ensino médio) e, por fim, apenas 10 desses chegam até o ensino superior (FERNANDEZ, 1991).

Neste argumento, a agricultura modernizada tornava-se um setor estratégico para os países emergentes. Segundo Fernandez, a evidência empírica acumulada no chamado Terceiro Mundo indicava que "(...) qualquer estratégia de desenvolvimento, seja para substituição de importações ou para o mercado externo, com ou sem significativa intervenção estatal, requeria um setor agrícola forte" (Ibidem). Porém, a pobreza no campo somado aos péssimos índices educacionais davam sinais de que a necessidade de mudança era maior do que o imaginado. Assim, as autoridades nacionais reconheceram na aproximação com os Estados Unidos uma real possibilidade de mudar esse cenário. O convênio com a Universidade de Purdue, dessa maneira, significava um investimento maciço na produção científica brasileira para o desenvolvimento do campo.

A percepção da vantagem da formação de vínculos com instituições estrangeiras não partia apenas do governo brasileiro, mas também, da própria direção da UREMG – e posteriormente, da UFV. De acordo com Coelho, "(...) a UREMG recebeu doações, via convênio, que viabilizaram até mesmo os salários de seus professores, que, face à crise pela qual passou o Estado de Minas, entre os anos cinquenta e sessenta" (1992, p. 119). Não obstante, a relação com Purdue abriu portas para a instituição de programas de pós-graduação na Universidade e assim, institucionalizar definitivamente a pesquisa agrícola em Minas Gerais.

## OS TERMOS DO PROJETO PURDUE-VIÇOSA

Em reconhecimento à necessidade de contribuir para o auxílio econômico do mundo em desenvolvimento, em 1952, foram inaugurados oito convênios<sup>3</sup> entre universidades americanas e outras instituições educacionais em diversas partes do mundo para a efetuação do projeto. Na década seguinte, houve uma considerável expansão desses vínculos, que chegou ao total de 154 contratos entre universidades dos Estados Unidos e instituições estrangeiras. Para Fernandez, "(...) o foco dessas associações centrava-se no desenvolvimento do capital humano, especialmente na pesquisa e educação agrícola" (1991, p. 4).

O governo brasileiro, para atuar na transformação do cenário agrícola nacional, assim, investiu, em 1958, no convênio entre a Universidade de Purdue e a UREMG. Para Fernandez, "(...) o convênio objetivava impulsionar no Brasil, a filosofia do "*Land Grant College*" nos seus programas de educação, pesquisa e extensão" (1991, p. 67). O contrato entre as partes foi renovado em 1964 e, assim, permaneceu até 1973.

<sup>3</sup> Os convênios firmados, segundo Fernandez (1991) são os seguintes: Universidade do Arizona e Iraque, Universidade do Arkansas e Panamá, Universidade de Michigan e Colômbia, Universidade de Oklahoma e Etiópia, Universidade Cornell e Filipinas, Universidade de Utah e Irã, Universidade de Purdue e Brasil (Viçosa-MG).

A característica do “Land Grant College”, segundo Azevedo, estava direcionada “(...) para a resolução dos problemas da agricultura e dos agricultores locais e para a modernização e diversificação agrícolas” (2005, p. 128). Esse aspecto alcançava, ainda segundo o autor, uma das “(...) raras exceções ao predomínio do ensino acadêmico e *livresco* que vigia na maioria dos estabelecimentos de ensino brasileiros da época que, de prático, pouco realizavam” (Ibidem).

Somado a isso, a trajetória de parcerias entre a Universidade em Viçosa com cientistas americanos demonstrava ser profícuo um novo convênio de longo prazo. Azevedo (2005) analisa o projeto político e pedagógico dos primórdios da UFV nos tempos da ESAV (Escola Superior de Agricultura e Veterinária). Segundo ele, ainda na década de 1920, a contratação de Peter Henry Hofs, um professor americano, efetivava o objetivo do poder público, que era criar em Viçosa uma Escola “(...) instituída nos moldes dos *Land Grant College* americanos – fundamentados na trilogia do ensino, pesquisa e extensão direcionados para os problemas da agricultura e que tanto êxito econômico obtivera no sul e meio oeste dos EUA” (2005, p. 63). Sendo assim, o contato com o modelo educacional americano não era novidade na UREMG/UFV durante o convênio com a Universidade de Purdue.

Portanto, mesmo que o convênio com Purdue iniciasse na década de 1950, a escolha pela modernização agrícola como referencial teórico e prático dos cientistas de Viçosa perpassava toda a história institucional. Isso demonstra também que a escolha pelo envolvimento com as instituições americanas representava determinada coerência com as raízes que fundamentaram a própria fundação da UREMG como polo irradiador da modernização em Minas Gerais.

Ainda no tocante aos períodos anteriores ao convênio com a Universidade de Purdue, faz-se necessário ressaltar que a aliança entre os cientistas da UREMG e os órgãos de ajuda estrangeira não resultou necessariamente de uma submissão ideológica aos valores estadunidenses. A interiorização dos preceitos da modernização da agricultura – citados e problematizados no primeiro capítulo desta dissertação – já estava assimilada no cotidiano acadêmico dos pesquisadores locais. Antes mesmo da institucionalização das políticas modernizantes do estado autoritário em 1964, o discurso da transformação do padrão tecnológico era proferido e praticado na Universidade.

Desta forma, ainda que o convênio entre a Universidade Purdue e a UREMG/UFV deixava exposto uma relação desigual entre universidades de países com realidades econômicas diferentes, a modernização da agricultura estava tanto na agenda dos cientistas de Viçosa quanto nos Estados Unidos.

Neste aspecto, o Purdue-UREMG foi vinculado ao Projeto ETA<sup>4</sup> (Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos) de 1958 até 1966. A missão do ETA em solo brasileiro era, segundo Fonseca (1985), desenvolver projetos em educação e pesquisas agrícolas, de conservação de recursos naturais, de fomento da produção agrícola, incluindo o planejamento de armazéns e silos e, finalmente, projetos de Extensão Rural. Com trabalhos espalhados em diferentes regiões do país, o ETA proporcionou a vinda de recursos, de técnicos e de consultores para o bom andamento do convênio com Purdue.

Conseqüentemente, outros grupos e instituições atuaram paralelamente aos vínculos universidade-universidade, a saber, a USAID (*United States Agency for International Development*), Aliança para o Progresso, Fundação Ford e Fundação Rockefeller. Para Ribeiro (2009), a “porta de entrada” para a USAID na UREMG/UFV foi, inegavelmente, o convênio que envolveu a Universidade de Purdue. Neste contexto, a USAID tinha como objetivo, segundo Gaio,

(...) fornecer assistência técnica e financeira para o desenvolvimento internacional nas áreas de crescimento econômico e desenvolvimento agrícola, meio ambiente, educação e treinamento, assistência humanitária, saúde e nutrição, democracia e governabilidade (GAIO, 2008, p. 11).

Por meio de convênios com instituições educacionais brasileiras, a USAID, ainda segundo o autor, “(...) visava reestruturar administrativamente as instituições, planejando-as sob a lógica do capital dependente-associado, e treinar pessoal docente e técnico para garantir a continuidade da implementação de suas propostas reestruturantes” (2008, p. 12).

<sup>4</sup> Como o ETA mantinha diversos projetos no Brasil, cada trabalho possuía uma denominação diferente. Em Viçosa, era o Projeto ETA 55.

Paralelamente à USAID, a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller atuaram de maneira estratégica no Projeto Purdue-Viçosa. Como missão, ambas as instituições basicamente prestaram suporte no setor de infraestrutura da universidade, o que ofereceu condições materiais básicas aos cientistas de empreenderem suas pesquisas. De acordo com Fernandez, os investimentos incluíam a construção de uma nova biblioteca e a compra de equipamentos para laboratórios. A transformação do campus foi evidente com os investimentos das duas instituições, ao ponto de tornar, segundo Fernandez, "(...) a UFV uma das mais modernas e atrativas universidades do continente" (1991, p. 70). Além disso, a Fundação Ford adquiriu junto à universidade uma área para construção de um Centro de Pesquisa e Extensão em Capinópolis, Minas Gerais. Posteriormente, diversas pesquisas relacionadas principalmente à soja foram desenvolvidas nesse local.

A discussão em torno da força do Projeto Purdue-Viçosa na UREMG/UFV vai além da disponibilidade de recursos e provisão de infraestrutura. O fortalecimento da noção de igualdade entre ensino, pesquisa e extensão foi enfatizado grandemente dentro do convênio. Nas palavras de Fernandez, muitas universidades da América Latina, em particular as escolas de agricultura, eram primordialmente instituições de ensino. Não havia ainda um compromisso com o desenvolvimento de novas informações tecnológicas e sua extensão para as populações rurais e, conseqüentemente, isso servia como agente limitador da produtividade (FERNANDEZ, 1991).

O vetor de todo esse ideal desenvolvido na Universidade em Viçosa estava na pós-graduação. O primeiro programa de mestrado<sup>5</sup> foi iniciado em 1961. Segundo Fernandez, "(...) enquanto em 1966 havia 74 mestres pós-graduados, esse número chegou a 1928 em 1987, com destaque aos programas de pós-graduação em ciências agrárias" (1991, p. 81). Ao todo, "(...) a Universidade de Purdue treinou 245 participantes brasileiros, com 103 títulos de mestre e 142 de Ph. D. Desses, 229 brasileiros foram formados nos Estados Unidos apoiados por bolsas de estudos" (1991, p. 86).

Conseqüentemente, o volume de pesquisas aumentou vertiginosamente na UREMG/UFV com o estabelecimento do convênio com Purdue. Somado ao surgimento dos programas de pós-graduação, outras condições incrementaram a prática científica em Viçosa, entre elas: "(...) o aumento da produtividade dos participantes dos programas de treinamento da Universidade de Purdue; o incremento na infraestrutura da universidade; e um melhor entendimento dos problemas da agricultura brasileira" (FERNANDEZ, 1991, p. 88). O resultado visível dessa produtividade acadêmica foi sentido nas publicações científicas. A média de artigos publicados por ano mudou de 12 entre 1961-1963 para 29 entre 1968-1970. Somado a isso, a média de projetos de pesquisas era de 29 em 1961-1963. No entanto, de 1968-1970, esse número chegou a 78 projetos. A Revista Ceres recebeu um incremento significativo de publicações na década de 70, com destaque nas investigações sobre milho e soja (Ibidem).

Não obstante, a maior contribuição anunciada pela liderança do Projeto Purdue estava no engajamento com o *desenvolvimento institucional*. Neste aspecto, o foco não residia apenas em auxiliar em trabalhos de pesquisa ou ministrar algumas aulas. Para exemplificar a importância das atividades administrativas, "(...) a única atividade em que todos os técnicos de Purdue estão envolvidos foi o detalhado planejamento acadêmico que realizou nas várias unidades da universidade (Ibidem)", segundo o relatório do convênio. Assim, fica evidente que o objetivo era aprofundar o envolvimento com a Universidade local e atuar diretamente na construção de um programa mais amplo para o planejamento em todas as áreas da instituição:

Competência técnica é um ingrediente necessário na assistência técnica aos programas, porém, isso não assegura o sucesso. Em adição, para ser tecnicamente competente, pessoas nomeadas para os programas precisam estar dispostas a dedicar pelo menos uma parte de seu tempo para ajudar na organização e desenvolvimento complexo institucional local que é necessário para executar as contínuas funções necessárias para introduzir níveis cada vez mais elevados de tecnologia dentro do setor agrícola. Isto requer que um olhar técnico além da sua própria área profissional para o quadro mais amplo do seu departamento ou escola ou serviço de extensão ou estação experimental ou a universidade inteira (SEMI-ANUAL REPORT, 1970).

<sup>5</sup> O primeiro programa foi em Hortaliças e o segundo em Economia Rural.

A compreensão da atuação do Projeto Purdue-Viçosa passa pela análise do desdobramento do programa de assistência estrangeira no Brasil. A USAID providenciava a base lógica de operação para os objetivos estabelecidos entre as universidades. Porém, a Universidade Purdue, conforme salientou Fernandez (1991), por estar diretamente envolvida no cotidiano da UREM/UFV, tinha o precedente para definir os aspectos práticos do convênio, no sentido de propor metas a serem alcançadas juntamente com objetivos e expectativas da parceria.

Como foi citado anteriormente, o primeiro grande contrato firmado entre as duas instituições ocorreu em 1958. Antes disso, entre 1951 e 1952, foi operacionalizado um treinamento para técnicos em extensão rural e economia doméstica. Apenas 6 anos depois é que o projeto amadureceu com metas mais ambiciosas. Para Fernandez, os "(...) objetivos resumiam-se na adoção e na implementação da filosofia do "Land-Grant College" nos programas de ensino, pesquisa e extensão da UREM" (1991, p. 106).

Porém, em 1964, com o estabelecimento de um novo contrato, os objetivos do projeto tornam-se mais concretos. Assim, foi acordado que a Universidade de Purdue "(...) prestaria assistência à UREM para que a mesma pudesse alcançar a capacidade institucional e competência técnica de seu pessoal" (1991, p. 108). A autora reforça que não era plano da USAID financiar a pós-graduação dentro do projeto Purdue-Viçosa. O comprometimento de pesquisadores locais juntamente com o esforço dos professores da Purdue permitiu que esse recurso fosse liberado. A lista dos objetivos traçados neste segundo contrato consistia: Desenvolver instalações físicas e equipamentos; Aumentar o número de matrículas de estudantes; Treinar a equipe para alto grau de competência; Desenvolver qualidade e quantidade de cursos a serem oferecidos; Desenvolver a pós-graduação; Desenvolver e expandir programas de pesquisa; Coordenação mais eficaz com a pesquisa estadual e federal e serviços de extensão; Provisão de conselheiros técnicos; Treinar a equipe de Viçosa nos Estados Unidos; Desenvolver estações experimentais para pesquisa (FERNANDEZ, 1991, p. 109).

Não é difícil afirmar que era de interesse da UREM, e posteriormente da UFV, o fortalecimento desse projeto, sobretudo, no que tange à vinda de recursos para infraestrutura, fomento de pesquisas e, sobretudo, com a oportunidade de complementar a formação nos Estados Unidos. Também, não é difícil notar que a centralidade assumida pela Universidade de Purdue no convênio consistia, dentre outras coisas, impor valores e oferecer caminhos para que a UREM/UFV se submetesse. Por outro lado, os cientistas embora escolhessem a via de desenvolvimento preconizada pelos EUA desde a origem da Universidade local, a presença americana foi interpretada por alguns brasileiros com alguma resistência. Para Fernandez (1991), havia por parte dos pesquisadores locais uma hostilidade quanto ao projeto de implantação da pós-graduação em Viçosa.

## O PROJETO PURDUE E A SALVAÇÃO ECONÔMICA DA UREM

Dentre os objetivos e metas do convênio do Projeto Purdue em Viçosa, estava a consolidação do desenvolvimento institucional e o fortalecimento da pesquisa científica por meio da institucionalização da pós-graduação. Esse planejamento necessitava, obviamente, de recursos para modernização<sup>6</sup> da universidade. A conformação da rede científica em torno da produção científica na UFV contornou diversos obstáculos na busca por financiamentos para a pesquisa. Para buscar recursos tanto da ajuda externa quanto da iniciativa privada ou pública do país, os cientistas buscaram nos vínculos com as instituições um poderoso *poder de barganha* para obtenção de fundos para pesquisa.

A faceta da negociação entre cientistas e os diretores e pessoas influentes do convênio, demonstra que, embora as instituições estrangeiras possuíssem recursos e estivessem em posição de superioridade diante da UREM/UFV, os cientistas locais assumiram determinado protagonismo pela disposição em obter vantagens pessoais e institucionais com a associação em rede. A proposta de dominação americana encontrava lapsos de autonomia dos pesquisadores, que vez ou outra faziam valer suas vontades diante dos seus parceiros americanos.

Com a finalidade de recorrer às instâncias estaduais, federais e internacionais para aquisição de recursos para a Universidade, os cientistas formaram uma complexa rede com as

<sup>6</sup> Modernização no contexto colocado relaciona-se com a autonomia da Universidade diante de seu orçamento e a ênfase igualitária no ensino, na pesquisa e na extensão.

instituições de ajuda externa, sobretudo, tendo como elo o vínculo com o Projeto Purdue. A tentativa de resolução dos problemas financeiros da UREMG/UFV significou um verdadeiro esforço dos brasileiros em posicionar os membros estrangeiros do Projeto Purdue como mediadores das relações da Universidade com o governo do Estado para buscar definitivamente a autonomia financeira da instituição.

Quando o contrato da Universidade de Purdue com a UREMG foi estabelecido em 1958, quando a Universidade pertencia ao governo estadual. A instituição passava por uma grande crise financeira, o que resultou em constantes pedidos por parte dos cientistas brasileiros para que o Projeto Purdue intermediasse acordos para obtenção de recursos. Os relatórios trimestrais redigidos pelos diretores do projeto e enviados para os Estados Unidos demonstram uma situação de intensa fragilidade.

O período crítico arrastou-se de 1966 até 1969, ano que marca o processo de federalização da Universidade. A reclamação por parte dos professores da UREMG foi sentida pela equipe técnica de Purdue em Viçosa, ao ponto de conter em seus relatórios os problemas de financiamento que a universidade possuía juntamente com o governo Estadual:

O suporte financeiro estatal à UREMG tem se tornado um problema sério. Isto é devido, em partes, ao crítico problema de financiamentos global do governo do Estado. Os salários dos funcionários estão atrasados e os recursos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela UREMG não estão chegando. Outra agência de agricultura do Estado, tal como a ACAR e a CAMIG (Companhia de Abastecimento Agrícola Mista) estão sendo afetadas (THIRTY ONE REPORT, 1966).

Por meio deste relatório percebe-se que a direção do Projeto Purdue não estava apenas ciente da carência financeira da UREMG, sobretudo, atuava na proposição de alternativas para minimizar o momento de crise da Universidade. A situação ia além da falta de recursos para a pesquisa e extensão, principalmente pelo atraso nos vencimentos dos professores. Além disto, pesava o fato de não ser um problema apenas da Universidade, pois outros órgãos do governo do Estado, como a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) e a CAMIG, sofriam com a escassez financeira.

Neste contexto, a federalização da UREMG foi proposta pelo governo do Estado que alegava não conseguia arcar com os custos da Universidade. De acordo com o relatório do projeto, "(...) a primeira referência à 'federalização' da UREMG foi feita pelo governador em um encontro de oficiais com o projeto Purdue-Brasil e a Secretaria da Agricultura" (*Ibidem*). Neste caso, a proposta de transformar a UREMG em instituição mantida pelo governo federal foi pronunciada não apenas pelos burocratas do governo. Os próprios membros do projeto Purdue, tanto brasileiros quanto americanos participaram da construção desta ideia. Isso demonstra que os americanos estavam convocados na busca pela solução do problema da Universidade.

A princípio, consta no relatório alguma concordância do Projeto Purdue com a federalização, definida por eles como "(...) uma diferente forma de suporte federal, em forma de subsídio de estrutura e administração apareceria para oferecer a vantagem de um fundo estável" (THIRTY ONE REPORT, 1966). Contar com o financiamento estável da União em detrimento da imprevisibilidade do governo do Estado de Minas Gerais em manter os compromissos financeiros parecia a melhor opção. No entanto, a proposta dos americanos ia além da obtenção de recursos via setor público, conforme consta no relatório abaixo,

(...) um esquema para geração de não dependência de fundos estatais foi proposta à UREMG para consideração. Importantes recursos da Fundação Rockfeller (para Economia Rural e Horticultura) e Instituto Brasileiro do Café (Fitotecnia e pesquisa do café) foram recebidos. Encontros preliminares e preparação de uma proposta com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) trouxe esperança para maior expansão física (*Ibidem*).

Dois elementos precisam ser ressaltados para interpretar a posição do Projeto Purdue na conformação da rede científica na UREMG: a primeira é que os americanos não se contentavam em apenas oferecer recursos ou coisa semelhante. Havia certamente uma proposição de ideias, para não dizer que eles se envolviam diretamente na formulação de



propostas e na intervenção da política institucional. A segunda questão a ser ressaltada é opção de modernização institucional que trazia a iniciativa privada como protagonista, não como mero contribuinte, mas como parceiro estratégico na incumbência de demonstrar a independência da Universidade quanto aos recursos estatais.

O papel da liderança de Purdue significava apontar caminhos para a Universidade por meio do seu exemplo próprio de sucesso institucional nos Estados Unidos. Seu modelo de desenvolvimento poderia ser repetido e copiado. Novamente, a tentativa de irradiar o padrão americano de gestão e captação de recursos fazia-se presente por meio do convênio. Em outra oportunidade concreta, a proposta da UREMG em reduzir a dependência dos recursos estatais foi sugerida por uma maior aproximação da iniciativa privada, conforme já acontecia na Universidade de Lafayette:

Durante seu trabalho em Viçosa, Mr. Freehafer trabalhou muito próximo do Reitor Potsch no planejamento e financiamento da universidade, explicando o plano de desenvolvimento da Universidade de Purdue. Vice-Presidente da instituição, Freehafer também sugeriu caminhos alternativos de financiamento de universidades tal como UREMG através de que são sustentadas por participação da universidade em **empreendimento privado através de serviços de consultoria técnica**. Em adição, o vice-presidente consultou com a equipe de Purdue, falou com eles em reunião concernente aos desenvolvimentos de Purdue e teve várias discussões individuais com os diretores da UREMG (*Ibidem*).

Não obstante, os membros do Projeto Purdue sabiam que sem a articulação para promover a captação de recursos para pesquisa e extensão se poderia colocar em risco o bom andamento do programa. No 32º relatório, os codiretores do projeto se reuniram com representantes da USAID para discutir diversos temas referentes à UREMG:

O encontro dos codiretores do Projeto foi em novembro (21 e 22) no Rio de Janeiro e teve a participação de Roy Bronson. As discussões durante essa série de encontros centrou-se nos programas educacionais, financiamento de projetos de desenvolvimento institucional, melhoria na abordagem do desenvolvimento agrícola, e projeto de implementação de relatório (THIRTY SECOND REPORT, 1966).

A discussão perpassava questões de ordem teórica, no tocante aos programas educacionais e à abordagem do desenvolvimento agrícola. Somado a isso, novamente, a questão do financiamento de projetos para o desenvolvimento institucional entrava em pauta. Na reunião, de acordo com o relatório apresentado, a USAID apresentou propostas de empréstimos para ajuda financeira à UREMG, uma vez que a situação da Universidade parecia piorar com o passar do tempo. O primeiro relatório trimestral de 1967 mostrava um tom de pessimismo com os rumos do Projeto. Segundo o relatório, "(...) o pouco orçamento dos investimentos do Estado continua a dificultar as atividades da UREMG" (THIRTY THIRD REPORT, 1967). No entanto,

(...) a UREMG foi capaz de conhecer estes compromissos em 1966 e mantém os créditos de pé, economia drástica em operação e manutenção de programas quando necessário. A construção de novos programas foi praticamente interrompida. A UREMG recebeu 77% do orçamento estatal de 1966 a meio de março de 1967. Nenhum recurso de 1967 foi recebido até o fim deste trimestre (*Ibidem*).

As negociações com o governo estadual se arrastavam e os membros do Projeto Purdue faziam diagnósticos cada vez mais negativos quanto à relação do Estado com a Universidade Rural. O tom da interpretação dos americanos sobre o governo estadual foi de dura crítica, uma vez que eles perceberam que as "(...) discussões com os oficiais do estado revelam uma posição obstinada de não responsabilidade pelo nível superior da educação agrícola" (THIRTY FOURTH REPORT, 1968). A partir daí, é nítido o apoio deliberado dos americanos no processo de federalização da UREMG, porém, "(...) o esforço para prover mais imediatamente o suporte de outras fontes de recursos continua" (*Ibidem*).

A declaração dos diretores do convênio que havia certa irresponsabilidade do Estado na condução das políticas para a educação agrícola é bastante elucidativa. Isso demonstra que a rede científica nem sempre se dobrava facilmente às vontades ou imposições dos americanos. A necessidade de negociar prova, definitivamente, que a dominação americana estava em aberto, sujeito às incertezas e às contingências dos elementos heterogêneos da rede.

Assim, diante dos problemas financeiros, havia o reconhecimento da equipe de estrangeiros do Projeto Purdue que a instituição alcançava bons resultados, com a alegação de que "(...) a universidade continuou a funcionar numa base quase normal. Isto é devido, em parte, à dedicação da equipe" (*Ibidem*). Contudo, para o prosseguimento das atividades regulares, o Projeto Purdue reforçou os vínculos com outras instituições para fortalecer a rede científica em Viçosa. Segundo o relatório, "(...) através do concentrado e dedicado esforço da UREMG, Purdue e o governo federal, e com cooperação do Estado, um empréstimo foi feito para UREMG para que as funções normais continuassem" (THIRTY FIFTH REPORT, 1968). A avaliação para eles foi a melhor possível:

A despeito desses problemas, ganhos significativos foram registrados nesse trimestre. Um maior empréstimo para construção foi aprovado e finalizado com o Banco de Desenvolvimento Interamericano, o desenvolvimento da equipe continua com nove avanços de professor assistente para Professor associado, a manutenção de programas de estudos avançados com dez bolsistas do Projeto Purdue pelo menos seis membros da equipe fizeram mestrado e doutorado em programas financiadas por outras agências (*Ibidem*).

Em 1968 a situação de crise financeira parecia não haver fim. A indecisão do governo estadual quanto ao repasse dos recursos à UREMG e a resolução definitiva do processo de federalização afetaram todo o cotidiano escolar da instituição. Obviamente, os membros do Projeto Purdue acompanharam todo contexto e indignaram-se com a imobilidade política do governo. No relatório desse ano, eles registraram a tensão da possibilidade do primeiro semestre de 1968 não começar em decorrência dos problemas financeiros:

Declarações apareceram que a UREMG deveria fechar (não abrir para o começo do primeiro semestre, março) por causa da falta de apoio financeiro do Estado, seguido pelo anúncio da Associação de Professores da universidade que eles recusariam dar aulas sem os salários pagos - pesquisa e extensão não foram afetados (THIRTY SEVENTH REPORT, 1968).

Novamente, a capacidade de resiliência institucional marcou o período em que a rede científica contava com a presença do Projeto Purdue. Com todas as dificuldades apontadas nos relatórios, "(...) os pedidos de demissão foram surpreendentemente baixos, todas as vacâncias dos calouros de Agricultura, Floresta e Economia Doméstica foram preenchidas (...) e a pós-graduação recebeu estudantes em todo 1967" (*Ibidem*).

O reconhecimento da estabilidade financeira da Universidade foi definitivamente absorvido pelos americanos com a federalização da UREMG. Embora inicialmente a equipe de Purdue resistisse a essa ideia, a normalidade institucional no início da década de 1970 comprovou a viabilidade da transformação da Universidade em instituição federal. Segundo o relatório,

Os resultados tangíveis da federalização começaram no início dos anos 1970 quando os fundos foram recebidos em montantes suficientes para pagar salários de professores nas datas certas. Durante o período deste relatório, pela primeira vez, em vários anos, a universidade recebeu fundos para pagamento dos professores antes do fim do mês. Alguns trabalhadores são classificados como empregados do Estado seus salários ainda estão em atraso (Semi-annual Report, 1970).

Somado a isso, os professores receberam uma espécie de abono salarial pelos trabalhos de pesquisa científica. Financiamentos advindos de fontes de fomento externas à Universidade deram suporte ao trabalho de pesquisa na UFV. Segundo o relatório,

(...) alguns financiamentos foram recebidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento para pagar salários suplementais para trabalhadores de

pesquisa da UFV. Este programa tem sido proposto pela Escola de Pós-graduação e aprovado no final de 1969 e foi sem dúvida um importante fator de influenciar os membros da equipe para permanecer na UFV a despeito das dificuldades financeiras. Este programa também foi um estímulo às atividades de pesquisa na Universidade (*Ibidem*).

Neste aspecto, mesmo diante dos percalços, a continuidade do Projeto Purdue deveu-se, sobretudo, à insistência em articular, juntamente com a UREMG, a associação de diferentes atores, que incluía empresas privadas e instituições públicas para apoiar com o auxílio técnico e financeiro as ações do Projeto com a Universidade. Segundo o relatório,

Instituições brasileiras em que cada membro do projeto tem tido contato e, em alguns casos, cooperação próxima, que inclui o Cacau Instituto (CEPLAC), o IPEA, Minas Rural, ACAR, Departamento de Florestas do Estado, Serviço Florestal Federal, Secretaria do Estado da Agricultura, Escola de Agricultura de Lavras, Estações Experimentais do Ministério da Agricultura e um número de firmas industriais em floresta e produção de laticínios (*Ibidem*).

Assim, a rede científica ganha contornos cada vez mais híbridos, em uma conformação de múltiplos interesses em direção ao modelo de modernização da agricultura. Cada instituição vinculada ao projeto carrega seus interesses e valores institucionais ao envolver-se com a pesquisa nessa ampla rede científica, que ganhava novas conformações com o avançar do projeto. De acordo com o relatório de janeiro de 1968,

Durante o trimestre pelo menos 12 novos projetos foram iniciados ou completados no final do planejamento. Campos de estudo que inclui floresta, economia rural, engenharia agrícola, fitotecnia e zootecnia (...). Financiamento e assistência para essas pesquisas são providenciadas em parte por CONTAP, Belgo Mineira, *National Development Bank*, Agroceres e Ministério da Agricultura (THIRTY SEVENTH REPORT, 1968).

## **A REDE CIENTÍFICA E A ALOCAÇÃO DE RECURSOS PARA A PESQUISA CIENTÍFICA**

A posição de centralidade da Universidade de Purdue na rede científica da produção agrícola da UREMG/UFV expressou, conforme acentuado anteriormente, a articulação juntamente com a instituição brasileira e outros parceiros na resolução dos problemas financeiros. No entanto, a posição do Projeto Purdue<sup>7</sup> significou também a interlocução com outros atores na busca de recursos para pesquisa, extensão e infraestrutura em Viçosa. Esses financiamentos funcionavam tanto como doações pontuais ou como na subvenção de projetos com maior duração.

Embora não fosse o objetivo essencial da universidade americana doar dinheiro para a UREMG/UFV, parte do orçamento da instituição foi dedicada à transferência de recursos para o convênio. Segundo o informe de 1967, o departamento financeiro anunciava estar "(...) profundamente envolvido no projeto. Ao longo da vida do Projeto, neste caso, de 1958 a 1973, foi patrocinado e enviado para o Brasil mais de US\$ 354.000 dólares no valor de equipamentos científicos e educacionais" (REPORTS, Janeiro e fevereiro de 1967).

Dessa forma, as associações provenientes de Purdue abriram oportunidades de múltiplos investimentos, entre eles, a construção de laboratórios, bibliotecas, compra de materiais para pesquisa, recursos para viagem dos pesquisadores, bolsas de pesquisas para pós-graduação e treinamento nos Estados Unidos e compra de veículos e tratores. Instituições como a USAID, Fundação Ford e Fundação Rockefeller foram atraídas pelos americanos de Purdue com o objetivo de investir na UREMG no projeto de desenvolvimento agrícola ambicionado pelos Estados Unidos na América Latina.

Os contatos estabelecidos entre Purdue e UREMG conectaram outros elementos à rede científica em Viçosa, a começar pela USAID. De acordo com o relatório do Projeto,

<sup>7</sup> Embora não fosse o objetivo do Projeto, a Universidade de Purdue liberou recursos para auxiliar a UREMG em seus trabalhos de pesquisa. Segundo o informativo do Projeto, "o departamento financeiro também está profundamente envolvido no projeto. Ao longo da vida do Projeto, foi patrocinado e enviado para o Brasil mais de 350 mil no valor de equipamentos científicos e educacionais (...)" REPORTS, janeiro e fevereiro de 1967.

Durante janeiro, Dr. J. K. McDermott, como chefe de departamento, trabalhou juntamente com oficiais da AID-Brasil para concluir os arranjos financeiros para o apoio local, incluindo custos de logística das atividades da equipe de Purdue e o programa de suporte à pesquisa e extensão desenvolvidas em cooperação com a UREMG (TWENTY FIFTH REPORT, 1965).

Os recursos alocados via USAID serviam, sobretudo, para cobrir os gastos dos professores e técnicos de Purdue que viviam em Viçosa. As contínuas viagens de campo e despesas de suas famílias eram financiadas por acordos vinculados à agência americana de ajuda externa.

Neste aspecto, a atuação da USAID junto à Universidade não significava encontrar financiamento apenas nas situações de fragilidade econômica, da qual a UREMG passou durante boa parte da década de 1960 com a inconstância financeira do Estado de Minas Gerais. Com reuniões periódicas para discutir as possibilidades de financiamento, a ideia previa a continuidade de alocação de recursos e a subvenção, especialmente do setor de pesquisa e desenvolvimento. Conforme o relatório,

Os chefes de repartição encontraram-se no Rio em Agosto. Um futuro encontro será feito aproximadamente no meio de agosto, novembro, fevereiro e maio de cada ano. O principal tópico da discussão foi o treinamento de participantes, com especial ênfase no desenvolvimento de oportunidades de treinamento da pós-graduação; financiamento do projeto; pesquisas associadas; função do comitê técnico; e, subsídios gerais de crédito dos EUA para o Brasil para o suporte técnico de programas (*Ibidem*).

Com isto, novamente em pauta, a possibilidade de obtenção de recursos também envolvia o uso de empréstimos. No relatório se apontado que "(...) caminhos alternativos para projetos de assistência técnica estão sendo solicitados pela USAID (...). Essas possibilidades são o setor de empréstimo" (THIRTY FIFTH REPORT, 1967). Em adição, o vínculo com a agência americana de ajuda externa e a Universidade de Purdue abria oportunidade para possuir crédito no mercado, inclusive com o Banco Interamericano de Desenvolvimento:

Dois representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Dr. Bezerra e Fagundes viajaram para Viçosa para a conferência com o Reitor Potsch concernente às possibilidades de financiamento do banco para a expansão da UREMG. Ambos os membros da equipe mandaram do BID para o Brasil uma avaliação de várias possibilidades de empréstimos para a educação (THIRTY FIRST REPORT, 1966).

Aquilo que era apenas uma possibilidade se concretiza no ano seguinte, em 1967. A UREMG soube tirar proveito do grande empréstimo feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao setor educacional no Brasil. As alianças firmadas com a presença dos representantes da entidade em Viçosa certamente pesaram para que esse recurso chegasse à universidade. Segundo o relatório, o BID oficialmente aprovou um "(...) empréstimo de 25 milhões de dólares ao Brasil para expansão e melhoria da educação superior. A UREMG foi notificada e recebeu U\$ 995.000, destinados para expansão física" (THIRTY SIXTH REPORT, 1967).

Por outro lado, a interlocução entre o Projeto Purdue e a USAID também se apresentou em programas ocasionais, como no financiamento para tradução de livros do inglês para o português. O relatório não detalha quais livros foram traduzidos nem os assuntos por eles tratados. Porém, isso evidencia a tentativa de formar cientistas brasileiros imbuídos da mentalidade americana e definitivamente conectados com o modelo de desenvolvimento preconizado pelos estadunidenses:

Dr. J. H. Atkinson, o presidente do Comitê Técnico de Educação, graduação e pós-graduação, relatou que o comitê requisitou para assistir o programa de livro da USAID para elaborar recomendações para livro para serem traduzidos para o português. Em adição, o comitê está desenvolvendo uma lista de materiais inéditos em português que agora estão disponíveis para a universidade e instituições parceiras (TWENTY EIGHTH REPORT, 1965).

Somado a isso, para equipar e providenciar ferramentas com a finalidade de facilitar a construção da infraestrutura da Universidade e também para a pesquisa, o investimento em máquinas agrícolas foi uma estratégia precisa usada pela USAID na doação à UREM:

A UREM recebeu através da USAID-Brasil e dos esforços do John Foley a D-6 Trator Caterpillar com escavadeira comprada através do excesso de propriedade do governo americano, o trator é descarregado e está em condições de operação e será uma tremenda ajuda à manutenção da UREM (TWENTY NINTH REPORT, 1965).

No jornal de circulação local da UREM, de 9 de março 1965, a notícia da compra do veículo foi anunciada com o gasto de 40 milhões de cruzeiros (Informativo UREM, 1966). Apenas dois meses após esta doação, o jornal noticiava mais uma concessão de trator: "(...) atendendo a uma solicitação do Projeto Purdue-UREM, a USAID doou outro trator à UREM. Trata-se desta vez, do passante trator D-6, Caterpillar, equipado com um cabo, que tem capacidade para deslocar até 8 toneladas de carga" (Informativo UREM, 1966).

No relatório semianual de 1970, existe uma lista de acordos financeiros firmados com a UFV para o fomento das pesquisas científicas. Diversas instituições nacionais e internacionais envolveram-se com a rede científica em Viçosa para garantir que o andamento das pesquisas fosse efetuado. Segundo o relatório, "(...) a principal fonte de recursos para a Estação Experimental foi a SUBIN", traduzida no texto como CONTAP (Conselho Técnico da Aliança para o Progresso) (SEMI-ANNUAL REPORT, 1970). Dois acordos do Instituto de Economia Rural foram firmados com a Universidade de Ohio e Ministério da Agricultura, o que garantiu respectivamente 10.000 e 100.000 cruzeiros (*Ibidem*):

**Tabela 1.** Investimentos em pesquisa na UFV (1970): Semi-annual Report, 1970.

Organização	Montante gasto em 1969 Cr\$
1. IPEA – Economia Rural	35.000
2. BNDE - Mato Grosso – Ciência Animal	25.800
3. Fundação Ford – Economia Rural	148.880
4. INDA <sup>8</sup> – Triângulo Mineiro	20.000
5. Horticultores – Fitotecnia	8.660
6. Institute of Racioative Research - Bioquímica	14.000
7. IBC <sup>9</sup> – GERCA – Fitotecnia	485.000
8. Funtec <sup>10</sup> – Biologia	84.000
9. CONTAP (Conselho técnico da Aliança para o Progresso)	358.000
10. Milho Opaco-2	40.602

O Projeto Purdue contribuiu para um maior posicionamento da USAID na rede científica da UREM/UFV. Muito além da subvenção para bolsas de pesquisas e recursos eventuais para infraestrutura, a agência americana também contribuiu para o melhoramento do sistema de extensão rural<sup>11</sup> da Universidade. A associação entre a USAID o Projeto Purdue influenciou, também, as atividades da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). De acordo com o informativo do Projeto Purdue,

Um serviço de informação foi ativado com a assistência da USAID. O serviço de extensão foi colocado em operação em cooperação com a agência de extensão estadual. Essas atividades em conjunção com os esforços de pesquisa rapidamente espalhou a informação que a universidade através do

<sup>8</sup> Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda)

<sup>9</sup> Instituto brasileiro do café (IBC) e Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA).

<sup>10</sup> Fundo Tecnológico vinculado ao BNDE.

<sup>11</sup> Obviamente, o sistema de extensão rural ambicionado pelos americanos consistia em transferir tecnologia para a população rural. O maior grupo de beneficiados eram os grandes produtores. Porém, esse modelo não se distanciava da própria prática extensionista da UREM/UFV, que consistia em um modelo bastante parecido. A melhora no sistema de extensão não se refere ao aspecto teórico, mas sim na maior disponibilidade de recursos para viagens e materiais para ampliação das atividades com os agricultores.

estado pela participação de especialista em atividades de extensão, a publicação de boletins técnicos e artigos de jornais, e muitas atividades especiais (REPORTS, março de 1967).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A associação entre a Universidade de Purdue e a UREMG/UFV estreitou laços de cooperação entre Estados Unidos e Brasil. O modelo de modernização da agricultura foi potencializado por meio do intercâmbio de recursos e profissionais envolvidos no convênio. As doações em dinheiro e equipamentos, as longas reuniões administrativas, as orientações em aulas e pesquisas, enfim, todo trabalho efetuado entre as duas instituições abriram perspectivas para a construção do conhecimento científico na Universidade. Certamente, por meio da ida de brasileiros para os Estados Unidos e vice-versa, os americanos apropriavam-se de um conhecimento que não sabiam em detalhes, a saber, a agricultura brasileira. Como consequência, eles poderiam elaborar estratégias de ação no país de maneira mais eficaz.

Neste aspecto, uma complexa rede científica estabeleceu-se com o fortalecimento dos vínculos entre os cientistas e as instituições envolvidas. Assim, a produção tecnológica aplicada ao campo, portanto, está atrelada à interação de diversos atores sociais e não apenas como resultado de forças unilaterais que comandam todo o processo produtivo.

Isso indica que a produção científica e tecnológica foi possibilitada pela existência da rede científica em Viçosa, pois a composição da associação dos cientistas envolveu uma gama de interessados. Neste caso, a rede não incluía apenas os membros da comunidade científica, mas também, políticos, burocratas do Estado e empresas privadas. Portanto, a noção de dominação exclusiva de setores dominantes ligados aos órgãos estrangeiros fica diluída na conexão de múltiplos interesses envolvidos.

Obviamente, o posicionamento dos americanos na rede científica sugeria seu poder de convencimento diante dos cientistas brasileiros, afinal, quem apoia financeiramente também quer o seu quinhão. Porém, mesmo em posição de suposta fragilidade dos cientistas brasileiros diante do contato com as instituições estrangeiras, o poder de barganha foi acionado pelos pesquisadores para desenvolver seus interesses, e não apenas a submissão de projetos vindos de outro país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAZZI, E. **El bien, el mal y la ciencia**: Las dimensiones éticas de la empresa científico-tecnológica. Madrid: Tecnos, 1996.
- AYERBE, LF. **Estados Unidos e América Latina: construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- AZEVEDO, D. S. **Melhoramento do homem, do animal e da semente**: o projeto político pedagógico da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1948): organização e funcionamento. 2005. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: USP.
- COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo**. Viçosa: Editora UFV, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A produção científico-tecnológica para agropecuária**: da ESAV à UREMG, conteúdos e significados. Viçosa. 1992. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Viçosa: UFV.
- FERNANDEZ, A. **The Purdue-Viçosa Project**: a case study in institution building. Lafayette. 1991. Tese (Doutorado em Filosofia). Lafayette: Universidade de Purdue.
- GAIO, Daniel Machado. **A concepção de modernização na política de cooperação técnica entre o MEC e a USAID**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Brasília: UnB.
- \_\_\_\_\_. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.
- INFORMATIVO UREMG, Viçosa. 07 de março de 1966. ACH/UFV.
- INFORMATIVO UREMG, Viçosa. 9 de março de 1966. ACH/UFV.
- INFORMATIVO UREMG, Viçosa. 20 de junho de 1966. ACH/UFV.

- INFORMATIVO UREMG, Viçosa. 21 de dezembro de 1967. ACH/UFV.
- LATOURE, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- REPORTS, 31 janeiro de 1966. **Purdue-Brazil Project**. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG. ACH/UFV.
- REPORTS, 31 de maio de 1966. **Purdue-Brazil Project**. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG. ACH/UFV.
- REPORTS, 31 de março de 1967. **Purdue-Brazil Project**. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG. ACH/UFV.
- REPORTS, Janeiro e fevereiro de 1967. **Purdue-Brazil Project**. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG. ACH/UFV.
- RIBEIRO, Maria das Graças Martins. A USAID e o ensino agrônômico brasileiro: O caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém, v. 4, n. 3, p. 453-463, set.- dez. 2009.
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **Aliança para o progresso e as relações Brasil-Estados Unidos**. Campinas, 2006. 375f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2006.
- SEMI-ANNUAL REPORT, 1970. **Purdue-Brazil Project**. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG. ACH/UFV.
- THIRTY EIGHTY REPORT, 1968. **Purdue-Brazil Project**. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG. ACH/UFV.
- THIRTY FIFTH REPORT, 1968. **Purdue-Brazil Project**. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG. ACH/UFV.
- THIRTY FOURTH REPORT, 1968. **Purdue-Brazil Project**. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG. ACH/UFV.
- THIRTY ONE REPORT, 1966. **Purdue-Brazil Project**. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG. ACH/UFV.
- THIRTY SECOND REPORT, 1966. **Purdue-Brazil Project**. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG. ACH/UFV.
- THIRTY SEVENTH REPORT, 1968. **Purdue-Brazil Project**. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG. ACH/UFV.
- THIRTY SIXTH REPORT, 1967. **Purdue-Brazil Project**. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG. ACH/UFV.
- THIRTY FIRST REPORT, 1966. **Purdue-Brazil Project**. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG. ACH/UFV.
- TWENTY SIXTH REPORT, 1965. **Purdue-Brazil Project**. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG. ACH/UFV.
- TWENTY EIGHTH REPORT, 1965. **Purdue-Brazil Project**. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG. ACH/UFV.
- TWENTY FIFTH REPORT, 1965. **Purdue-Brazil Project**. Rural University of Minas Gerais. Viçosa-MG. ACH/UFV.